

Fiéis Cumpridores

Diz-se, frequentemente, que a experiência humana é a prova viva da realidade do mal – Pai dos golpes mais macabros e das chagas mais profundas, a sua presença é constante e múltiplas são as suas faces. Dor, morte, angústia e injustiça parecem ser alguns dos termos que melhor o revestem, dando assim corpo a uma força cujas marcas não se esquecem. Se, por um lado, é-nos impossível olhar para a história da humanidade sem nela encontrar os seus mais distintos vestígios; por outro, ouvimos pedidos constantes para a sua não-existência. O Mal, deste ponto de vista, parece unir diferentes espaços geográficos e tempos históricos cuja narrativa é sempre igual: um retrato cru e violento em que os demais não se reconhecem. Dito de outra maneira, um Homem incompreensível para o próprio Homem. É, pois, perante o espetáculo de opressão em que um outro é vítima que surge a seguinte questão: por que razão existe o mal?

Entre uma boca que não se fecha e a sensação de um acertado murro no estômago, constata-se que muitos são os cenários que nos levam a questionar o porquê do Mal. Um desses casos é justamente o documentário *One Child Nation* de Nanfu Wang e Jialing Zhang, a partir do qual somos conduzidos a uma grotesca submissão do particular para o coletivo. O tema principal é a política de décadas que o governo chinês adotou com vista a controlar o crescimento populacional, a mais conhecida política do filho único. Implementada no final dos anos 70 e abolida no ano de 2015, esta lei, pautada pela necessidade de promover um planeamento familiar coincidente com os planos de desenvolvimento económico e social do país, proibiu a qualquer casal ter mais do que um filho. Resultado: 80 milhões de filhos únicos, interrupções forçadas e um abandono desenfreado de incalculáveis fetos. Na longa lista de exemplos paradigmáticos de «males horrendos», surgem estes individualizados: tráfico de bebés, abortos forçados e operações de sequestro por parte de agentes do Estado. É, então, perante este quadro que nos vemos embrenhados no terror de algo que passou a ser prática comum: usurpar, matar, abandonar.

Os relatos que nos chegam dividem-se em duas perspetivas: aqueles que concordam e aceitam a necessidade de tais atos em prol do bem comum e outros que, sem nunca duvidar entre o que é certo ou errado, se arriscam a ser politicamente incorretos. Numa hora e vinte e oito minutos, estas vozes abraçam-se e dão-nos a conhecer uma realidade camuflada e até aqui tão distante. Questões como «Porquê?», «Como pôde isto acontecer?», «Qual foi a razão?» vão-nos perfurando e atravessando, corporificando-se num sinal bastante comum – apontar o dedo em tom de reprovação. Enquanto o nosso dedo se ergue, ouvimos: «...eu não tinha opção...». Pensamos então que a nossa reprovação resulta de uma ignorância face às condições em que tudo se

passou. Porém, ficam por explicar os casos de rebelião. De facto, o que levou estes últimos a pensar e a ajuizar diferentemente?

À medida que se vão aprofundando os factos que permeiam aquela época, constatamos que, possivelmente, estamos perante aquilo a que Hannah Arendt deu pelo nome de *banalidade do mal*. Ou seja, perante a destruição da pessoa jurídica e, conseqüentemente, a destruição da sua individualidade e espontaneidade. Objetivo: transformar a pessoa em coisa. Com efeito, assiste-se a uma malignidade comum que, embora infundada, convoca sempre a estranheza; uma estranheza que resulta de um excesso de normalidade e banalidade dos agentes que a praticam. Na verdade, estes parecem padecer de uma série de defeitos a que estamos habituados a falar, desde reverência pelo chefe, carreirismo, ambição e, não menos importante, obediência excessiva a ordens. Verificamos, assim, que não temos nada a que nos possamos referir de modo a compreender este fenómeno; a não ser a ideia de uma racionalidade meramente instrumental, que nada mais quer dizer do que uma ausência de pensamento por parte do seu agente. São os chamados fiéis cumpridores de ordens vindas de superiores cuja consolação encontra-se no facto de não terem sido decididas por eles.

Mas porquê banal? Poderá o mal alguma vez ser banal? Arendt, em diferentes obras, oferece-nos uma vigorosa meditação sobre um problema ético da modernidade: *a tendência difundida da recusa em julgar*. Segundo Arendt, não temos como escapar à questão sobre uma possível relação entre o mal, o pensar e o julgar, concluindo que a causa de tamanhas perversidades humanas encontra-se na ausência de pensamento. Ou seja, na renúncia por parte dos homens às suas qualidades humanas, mais concretamente, na renúncia a um direito que lhes é devido, isto é, o direito de exercer uma escolha livre. Perante sujeitos passivos, como se, enfim, a burocracia os regesse de forma inexorável, assistimos ao desfolhamento de qualquer responsabilidade. É, pois, nesta espécie de negligência moral que reside a banalidade do mal – onde não há mais atitudes moralmente condenáveis, mas, pelo contrário, apenas gestos reflexos e, portanto, inevitáveis.

Entre o dever em obedecer e a insubordinação por parte daqueles que denunciam, termina-se este documentário com a convicção de que o que deve ser posto em relevo é justamente a resistência ao não-pensamento, como mostra, e bem, o respeito que temos por todos os Wang Peng. É esta não-banalidade que nunca devemos deixar de sublinhar.